



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – 0053

[2001 a 2500 processos]

No dia 20 do mês de julho de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 06/2017, divulgado em 07/06/2017 no DEJT (Edição 2243/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 15). Presentes a Juíza Titular LUCIANA NASR e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJAO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	CAMPINAS, JAGUARIUNA, VALINHOS
Lei de Criação:	7.729/89
Data de Instalação:	15/12/1989
Data de Instalação do PJE:	22/11/2013
Data da Última Correição:	05/09/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	23 %
Acervo PJe/Acervo Total:	77 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
LUCIANA NASR	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/09/2016 a 07/10/2016	LICENCA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS
20/03/2017 a 24/03/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
11/05/2017 a 11/05/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
19/06/2017 a 06/07/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2016 a 17/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ALESSANDRA REGINA TREVISAN LAMBERT	16/06/2017 a 18/06/2017
ALESSANDRA REGINA TREVISAN LAMBERT	19/06/2017 a 06/07/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS	15/06/2016 a 18/09/2016
FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS	19/10/2016 a 04/12/2016
FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS	17/12/2016 a 17/12/2016
FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS	18/12/2016 a 19/12/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FERNANDA FRARE RIBEIRO	04/10/2016 a 09/10/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FRANCISCO DUARTE CONTE	19/09/2016 a 18/10/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/10/2016 a 09/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
12/10/2016 a 12/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
15/10/2016 a 16/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2016 a 17/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJAO	07/01/2016 a 19/12/2016
MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJAO	07/01/2017 a 12/07/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
09/08/2016 a 07/09/2016	FERIAS
08/09/2016 a 07/10/2016	FERIAS
01/03/2017 a 30/03/2017	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA PAULA MARQUES MARTIN	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/09/2015
BERNARDO DANIEL CAMPOS PEREIRA E SOUZA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	12/12/2014
CARLOS AUGUSTO LODEIRO DE MELLO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	26/10/2015
CARMEN LUCIA PRESTES VICENTE	TJA	-	03/02/2017
JOAO PAULO MACHADO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	28/09/2015
LUCIANO LUBE NETO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	12/10/2015
MARCIA ANUNCIACAO NOBRE	TJA	-	06/12/2016
RITA CASSIA BUENO DE MORAES	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	31/03/2015
TAMIRES BELUTTO DA SILVA MARTINS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	10/06/2015
TATIANA ROMERO WILD	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	10/02/2015
VAGNER BIANCHINI	TJA	FC-04 CALCULISTA	29/07/2014
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			11
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			15-16



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	3
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	9
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	7
TOTAL	19



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GABRIEL TENDOLINI NAIF CALURI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2017
ISABELLE RIBEIRO RODRIGUES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	15/02/2017
LAURA HELENA DE HARO LIMA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [30/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
LUCIANA NASR	48
MARIANA CAVARRA BORTOLON VAREJAO	2

SERVIDORES	HORAS
ANA PAULA MARQUES MARTIN	80
BERNARDO DANIEL CAMPOS PEREIRA E SOUZA	80
CARLOS AUGUSTO LODEIRO DE MELLO	20
JOAO PAULO MACHADO	22
LUCIANO LUBE NETO	30
MARCIA ANUNCIACAO NOBRE	240
TAMIRES BELUTTO DA SILVA MARTINS	360
VAGNER BIANCHINI	40



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.201	1.268	1.518
	Aguardando encerramento da instrução	1.185	856	852
	Aguardando prolação de sentença	322	143	162
	Aguardando cumprimento de acordo	519	404	347
	Solucionados pendentes de finalização na fase	4.868	4.139	4.421
	Pendentes de finalização	4.916	4.218	4.452
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	662	496	585
	Liquidados pendentes de finalização na fase	530	456	592
	Pendentes de finalização	929	796	987
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.120	1.459	1.298
	Encerrados pendentes de finalização na fase	973	744	662
	Pendentes de finalização	2.135	1.585	1.350
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	1	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	73	4
TOTAL		7.982	6.673	6.794



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	451	412	196
Exceções de Incompetência	29	13	9
Antecipações de Tutela	273	256	24
Impugnações à Sentença de Liquidação	41	16	47
Embargos à Execução	86	59	90
Embargos à Arrematação	1	1	0
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	18	16	14
TOTAIS	900	773	381



6 - RECURSOS [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	922	899	294
Recurso Adesivo	71	69	14
Agravo de petição	57	26	43
Agravo de Instrumento	11	6	8
TOTAIS	1.061	1.000	359



7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	513	327	212	235
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.027	483	367	388
Total / Média	2.540	451	329	356

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	475	344	216	241
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.787	491	374	396
Total / Média	2.262	460	333	363

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	205	42	24	25
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.009	43	36	39
Total / Média	1.214	43	34	37

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	95	303	278	259
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	418	317	284	282
Total / Média	513	315	283	278

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	369	1.795	1.786	1.767
Do início ao encerramento da execução - ente público	28	1.408	1.204	1.507
Total / Média	397	1.768	1.726	1.751

*Do início até a extinção da execução

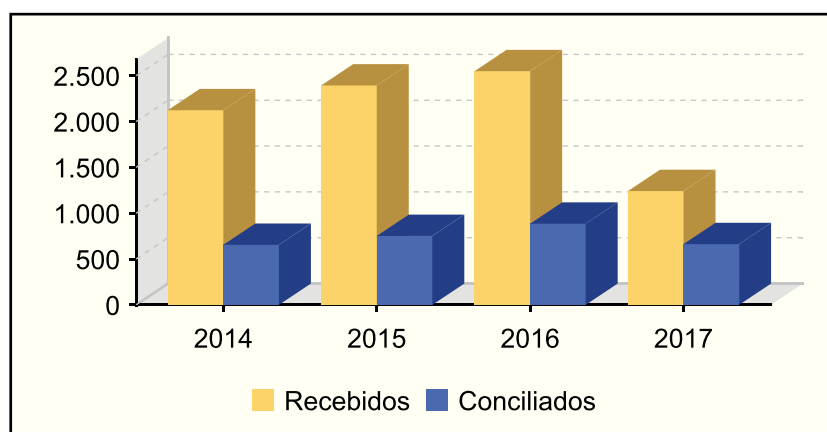


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

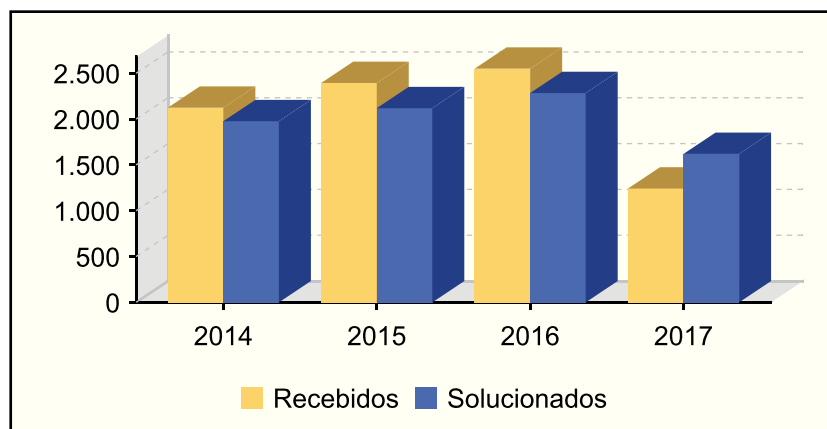
8.1 - Índice de conciliações [até 06/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.124	655	30,84
2015	2.394	752	31,41
2016	2.550	886	34,75
2017	1.242	663	53,38



8.2 - Índice de soluções [até 06/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.124	1.977	93,08
2015	2.394	2.119	88,51
2016	2.550	2.284	89,57
2017	1.242	1.620	130,43



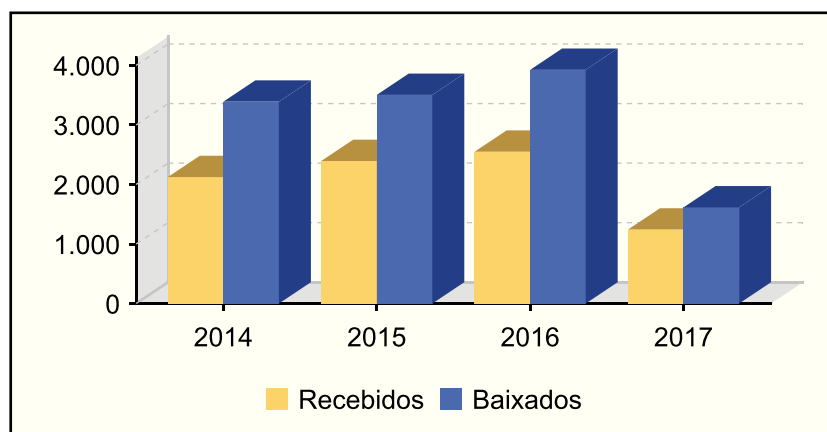


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

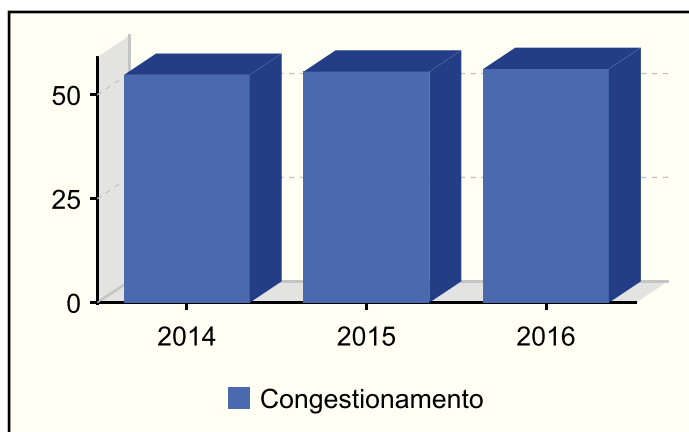
8.3 - Índice de baixas [até 06/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.124	3.390	159,60
2015	2.394	3.504	146,37
2016	2.550	3.925	153,92
2017	1.242	1.615	130,03



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.251	2.124	1.977	54,81
2015	2.377	2.394	2.119	55,59
2016	2.667	2.550	2.284	56,22

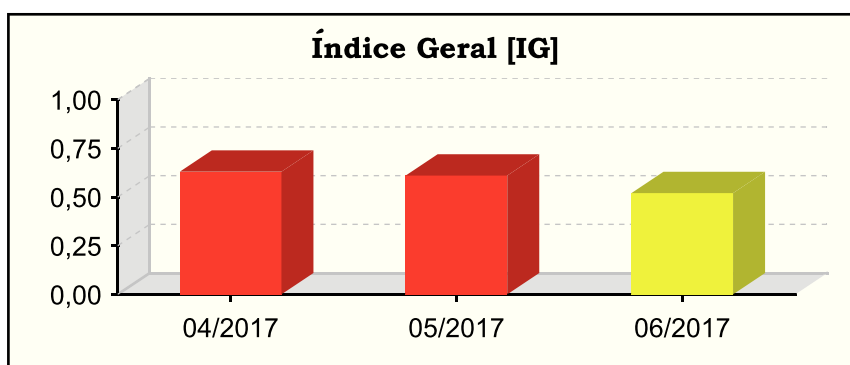
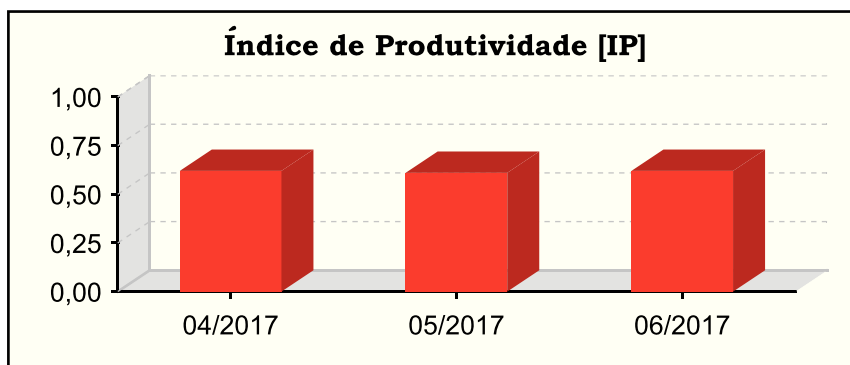
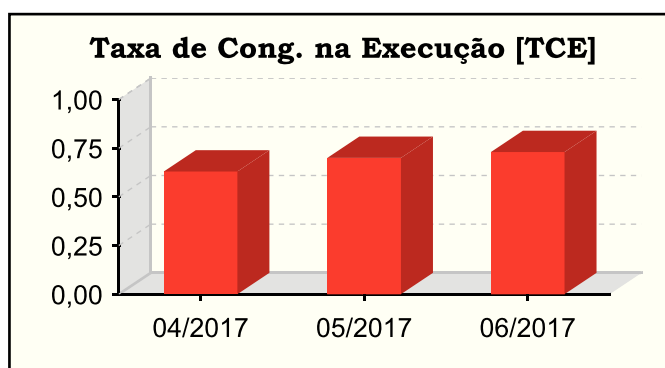
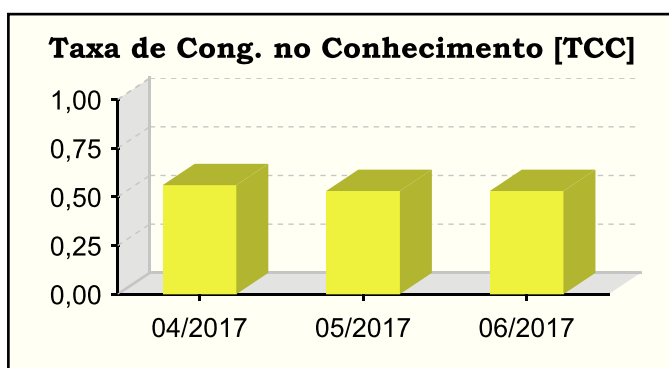




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
04/2017	0,56	0,63	0,62	0,63
05/2017	0,53	0,70	0,61	0,61
06/2017	0,53	0,73	0,62	0,52





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.160	96,7	53,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.194	99,5	54,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.354	196,2	108,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	431	35,9	19,8
Incidentes Processuais Resolvidos	943	78,6	43,3
Dias-Juiz	654	54,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	42.489	72,3	44,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	51.235	87,1	53,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	93.724	159,4	97,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.693	31,8	19,5
Incidentes Processuais Resolvidos	39.083	66,5	40,8
Dias-Juiz	28.745	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.042	70,3	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	149.307	81,3	51,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	278.349	151,6	96,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.811	27,1	17,3
Incidentes Processuais Resolvidos	107.191	58,4	37,3
Dias-Juiz	86.264	47,0	---

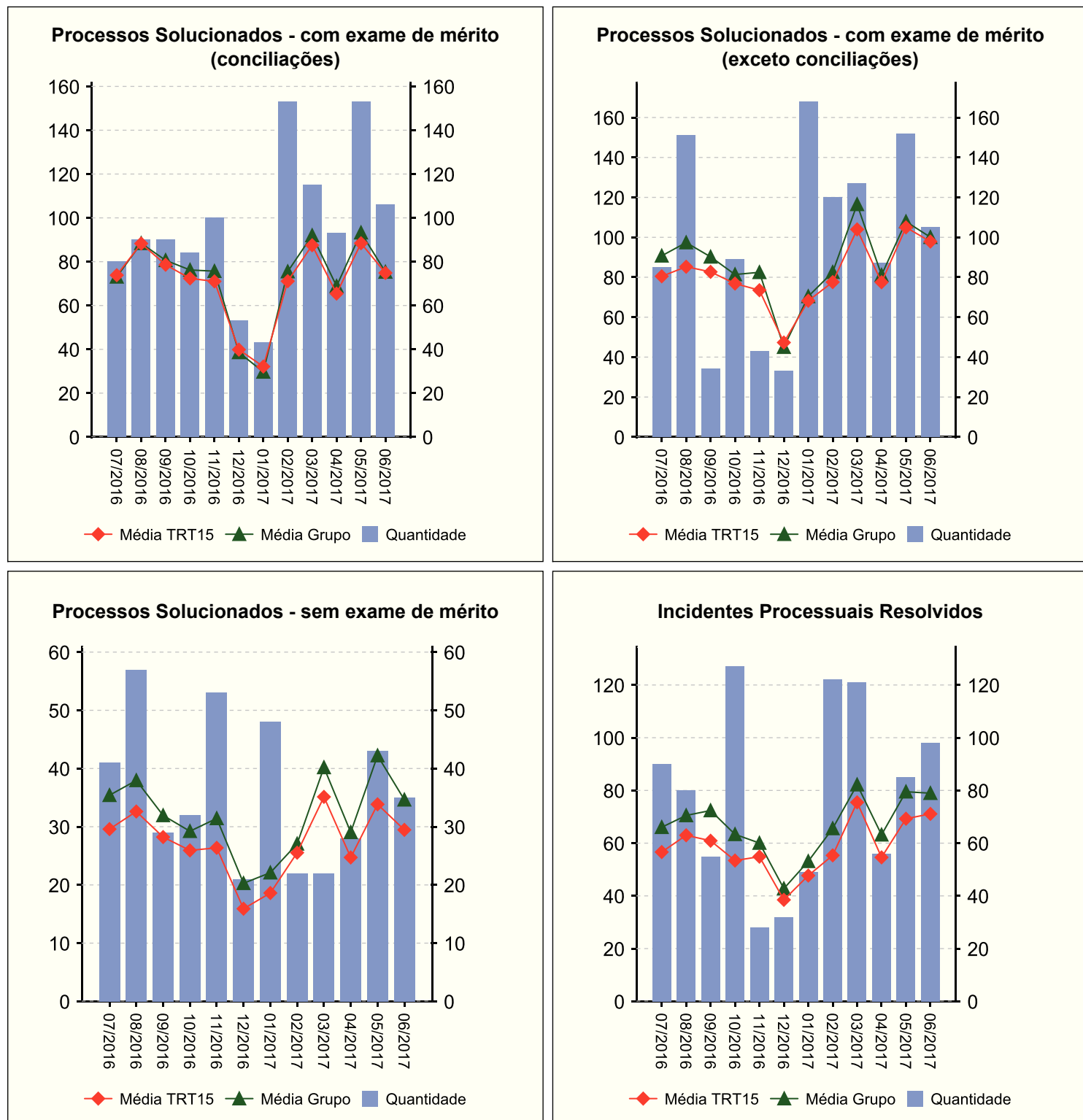
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	370	30,8	17,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.171	97,6	53,7
Sessões de audiência realizadas - una	1.613	134,4	74,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	954	79,5	43,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	435	36,3	20,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.784	232,0	127,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.389	115,8	63,7
Dias-Juiz	654	54,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	39.159	66,6	40,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	31.343	53,3	32,7
Sessões de audiência realizadas - una	54.151	96,0	56,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	11.372	19,3	11,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	10.679	18,2	11,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	85.494	145,4	89,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	22.051	37,5	23,0
Dias-Juiz	28.745	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	114.222	67,0	39,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	93.490	50,9	32,5
Sessões de audiência realizadas - una	150.823	83,8	52,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	35.241	19,2	12,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	32.359	17,6	11,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	244.313	133,1	85,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	67.600	36,8	23,5
Dias-Juiz	86.264	47,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado



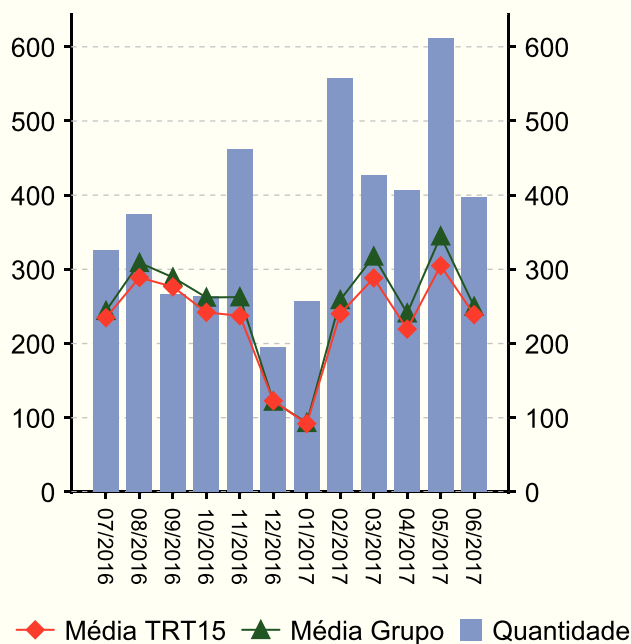
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

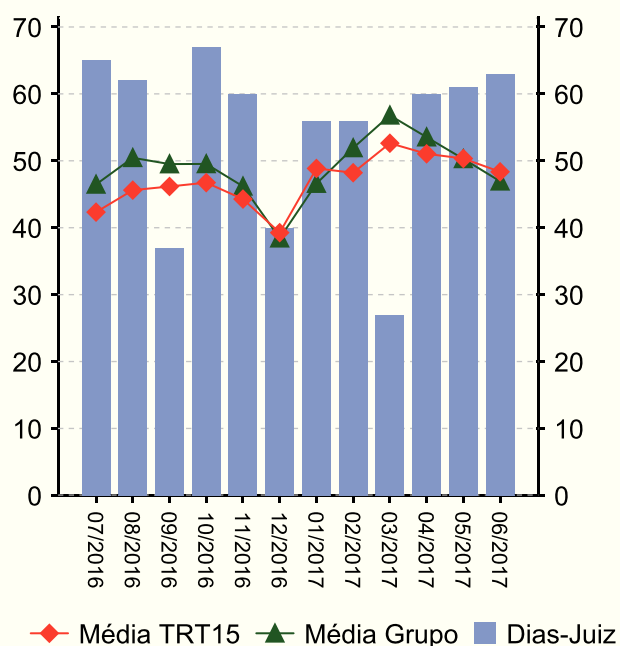
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
07/2016	6	25	100	102	92	325
08/2016	6	33	63	89	183	374
09/2016	37	17	54	54	104	266
10/2016	9	11	57	60	126	263
11/2016	10	68	47	100	237	462
12/2016	11	39	24	38	83	195
01/2017	36	114	2	43	62	257
02/2017	218	35	3	152	150	558
03/2017	272	27	6	90	32	427
04/2017	155	8	6	104	134	407
05/2017	138	34	1	204	235	612
06/2017	56	24	7	135	175	397
Total	954	435	370	1171	1613	4543

Dias-Juiz



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
07/2016	65
08/2016	62
09/2016	37
10/2016	67
11/2016	60
12/2016	40
01/2017	56
02/2017	56
03/2017	27
04/2017	60
05/2017	61
06/2017	63
Média Mensal	54,5



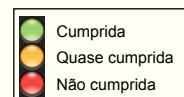
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

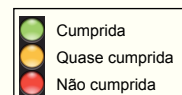
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2550	2284	266	212	190	90 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

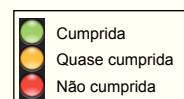
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2124	1912	2020	0	190	56	29 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
867	1559	0	72	130	100 %





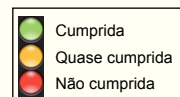
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

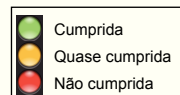
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
24	25	0	1	96 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
465	436	456	100 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 91.749,36	R\$ 2.822,68	R\$ 0,00	R\$ 180.716,74



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2006	1
2008	1
2009	2
2010	2
2011	4
2012	8
2013	20
2014	65
2015	340
2016	1227
2017	1038



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA)	Ideal Port. GP 39/2017 (exceto OJA e Assistentes de Juiz)	Lotação atual (exceto OJA e Assistentes de Juiz)
2.356	2001 a 2500	15-16	11	9

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência estabeleceu na Portaria GP nº 39/2017 novo ideal para toda a primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está dois servidores aquém dos parâmetros previstos na referida Portaria.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: relatório do Grupo Apoia 15, de 01/06/2017)

	PJe		SAP
Data de corte:	01/03/2017	Data de corte:	01/03/2017
Saldo:	613	Saldo:	1.677
		Total:	2.290

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de



resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,52.

Além disso, a Unidade encontra-se inserida no Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo cumprido o plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do novo processo de trabalho. Referido plano foi homologado pela Corregedoria, contudo devido a formação de novo passivo a unidade segue acompanhada.

As atividades estão relatadas no Pedido de Providências 66/2017 PROAD.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimientos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012296-28.2015.5.15.0053; 0012500-72.2015.5.15.0053; e 0010099-37.2014.5.15.0053;

16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (em consulta em 05/07/2017, verificou-se a existência de 549 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0057300-11.2003.5.15.0053; 0147400-36.2008.5.15.0053; 0000869-10.2010.5.15.0053);

16.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010117-87.2016.5.15.0053; 0010097-96.2016.5.15.0053; e 0010325-08.2015.5.15.0053;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.5 – há audiências designadas em 04 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de



execução – foram realizadas 435 no período de 07/2016 a 06/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro das Magistradas.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,74 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Campinas apresenta 74% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 54,5 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (48,9).

Também se observa que a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados com exame de mérito (196,2 – RARIA 108,0) superior à média do grupo (159,4 – RARIA 97,8) e do TRT (151,6 – RARIA 96,8).

Constata-se, também, que proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (96,7 - RARIA 53,2) acima da média de referido grupo (72,3 - RARIA 44,3) e do TRT (70,3 – RARIA 44,9). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um



magistrado presente ao longo de cada mês também foi superior, 99,5 (RARIA 54,8) na unidade, enquanto a média do grupo foi de 87,1 (RARIA 53,5) e o TRT 81,3 (RARIA 51,9).

Salvo as metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) e 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013), ambas do CNJ, que atingiram 90% e 96%, respectivamente, todas as demais foram atingidas, conforme item 11.

Destaca-se, ainda, que o índice de soluções apurado até junho de 2017 atingiu 130,43%, conforme item 8.2. Numericamente, significa que 1.620 processos foram solucionados até a data acima, superando os 1.242 processos recebidos este ano, o que revela bastante empenho das Magistradas quanto à Meta 1 do CNJ, ainda que não cumprida na sua integralidade.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	-	-	-
UNAS	18/04/2018	56	286
INSTRUÇÕES	09/05/2018	-	307
CONCILIAÇÃO	-	-	-
MEDIAÇÃO	28/09/2017	-	84

Obs. Foi informado pela Unidade que processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, ocorrendo a primeira audiência antes da realização da perícia.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO*	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						



	tarde	5		10			15
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde	5		10		12	27
sexta	manhã						
	tarde						

18.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	10		5			15
terça	manhã						
	tarde	10		5			15
quarta	manhã						
	tarde	10		5			15
quinta	manhã						
	tarde	10		5			15
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando ser designada mesa de mediação às quintas-feiras, com 12 processos por dia.

A mediação é conduzida por servidor, em sala ao lado da sala de audiências, sempre com a presença e sob orientação das Juízas. São incluídos principalmente processos na fase de conhecimento. Há utilização do CEJUSC1 para as fases de liquidação e execução, conforme disponibilidade de mesas.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.



18.3 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 30/06/2017, realizou maior média de audiências unas e de instrução (127,7 – RARIA) se comparada com a média mensal do grupo (89,2 - RARIA), bem como com a média do TRT (85,0), de acordo com os atuais critérios adotados.

Verificou-se que do total de 4.543 audiências, 1.613 foram do tipo UNAS, 1.171 de instrução, 370 Iniciais, 435 de conciliações na execução e 954 de conciliação no conhecimento. Diante de números tão expressivos, o Exmo. Desembargador Corregedor Regional consigna elogios às Magistradas que atuaram na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

Não obstante o resultado alcançado, sugere-se ao Juízo que analise a viabilidade de implementar as boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, que consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, implementada pela Vara do Trabalho de Itapira, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – utilizar a *wiki* disponibilizada pela Corregedoria no moodle para solução de dúvidas procedimentais;

19.2 – com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, deixar sob responsabilidade dos assistentes de juiz as minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deverá ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão



dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

19.4 – para os Juízes do Fórum reexaminarem o tema relativo às pulverizações de ações, constatadas nas 2ª e 3ª Varas, determinando, por exemplo, o apensamento das reclamationárias na ação mais antiga ainda não julgada;

19.5 – priorizar a migração dos processos para o PJe, considerando o percentual de processos físicos que é de 23% do acervo.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.4 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a de nº 1 e 6.

20.5 – desenvolver competência do trio gerencial para utilizar os relatórios do e-GESTÃO, os quais estão disponibilizados pela CGJT no endereço eletrônico “<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>”, com o nome de usuário “consulta@trt15.jus.br”, para consulta dos relatórios Resumo, Espelho e Gerencial”;

20.6 – observar a Recomendação GP-CR nº 01/2016 - Recomenda procedimentos para publicação de sentença no PJe, em razão da Súmula nº 197 do C. TST;

20.7 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da



padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G;

20.8 – atender integralmente o disposto na Portaria GP-CR nº 55/2013, que trata da cumulação das execuções, antes da expedição do mandado padronizado pelo Grupo Interno de Execução;

20.9 – utilizar regularmente as ferramentas CCS, CENIB, SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos,

20.10 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORD	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	822-65.2012.5.15.53	Processo na ocorrência “DES – Despacho” desde 20/03/2014, com determinação para encaminhamento ao perito para elaboração da conta.	Determina-se o prosseguimento do feito, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Há outros 11 processos em situação semelhante.
2	1461-20.2011.5.15.53	Processo na ocorrência “ROJ - Remetido ao oficial de justiça”, de 31/05/2016 com lançamento de JUN - Devolvida a Junta de 29/06/2016.	Dar andamento ao processo. Além disso, deverá a Unidade atentar-se para o correto lançamento dos dados, para que haja transparência no andamento processual e adequada contagem de prazos médios em cada fase. Há outros processos em situação semelhante.
3	1100-32.2013.5.15.53	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de conhecimento) com ocorrência “DSA - Desarquivado - PARA PROSEGUIR NA FASE DE COGNICÃO”, desde 29/11/2016.	Determina-se a tramitação do feito sem fragmentação de atos processuais. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Há



			outros processos em situação semelhante.
4	217900-69.2004.5.15.53	Processo na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência "DEX - Expedido(a) GUIA DE RETIRADA a(o)", desde 01/09/2016.	Determina-se a regularização dos lançamentos adequados ao controle de prazo e prosseguimento do feito.
5	57000-93.1996.5.15.53	Processo pendente na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de execução) com ocorrência "SEF - suspenso por execução frustrada" desde 01/10/2015.	Determina-se a análise e prosseguimento do feito, especialmente considerando que, conforme despacho anterior, deveriam ser renovadas as diligências eletrônicas, bem como livre penhora, decorrido um ano de seu proferimento. Há outros 21 processos na mesma ocorrência.
6	0010019-68.2017.5.15.53	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando audiência", desde 03/02/2017, com audiência realizada em 17/02/2017 e prazo para manifestação do reclamante.	Determina-se a análise e prosseguimento do feito, assim como intensificação de gestão dos processos para que permaneçam nesta tarefa apenas processos que tenham audiência futura designada. Pois na consulta por amostragem verificou-se que existem outros processos em situação semelhante.
7	0010022-57.2016.5.15.04	Processo eletrônico na tarefa "aguardando término dos prazos", mas não se encerrará automaticamente, pois na aba "expedientes" há prazo zerado.	Determina-se a tramitação do feito, com o encerramento manual dos prazos vencidos. Por amostragem, verificou-se outros processos em situação semelhante, além disso foi verificada igual situação na tarefa nas fases de Liquidação e Execução. Atente-se a unidade para observância da necessidade de registrar adequadamente os prazos processuais para controle do sistema.
8	0148700-38.2005.5.15.53	Processo eletrônico na tarefa "análise de execução", desde 08/11/2016, com determinação para realização do BACEN.	Determina-se a tramitação do feito. Há outros 699 processos na tarefa, além de 178 processos na tarefa intermediária "Iniciar Execução". Observar o plano de ação para tramitação dos feitos aqui mencionados.
obs	0001114-16.2013.5.15.0053	Tarefa "Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos" - com prazo a vencer, mas não há subcaixas para controle	Orienta-se que sejam criadas as subcaixas, para melhor gestão dos processos. Idem para a tarefa "aguardando laudo pericial"

22 - CONSTATAÇÕES:

Após a apresentação dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores de acordo com a fase processual em que atuam e com os gestores, para orientações quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho, saneamento de inconsistências, registro de soluções nos incidentes processuais, bem como quanto a importância de se dispensar maior atenção no cadastramento dos valores arrecadados de contribuição previdenciária, custas, emolumentos e imposto de renda, de maneira a demonstrar a real arrecadação da Unidade.

Primeiramente, a Unidade deve priorizar a migração, uma vez que possui 23% de acervo físico.



a) Fase de Conhecimento

Triagem inicial. São designadas 15 audiências por dia, podendo ser todas elas de instrução e 12 audiências de mediação às quintas-feiras. Processos com perícia são incluídas em pauta de audiência uma que, não resultando em acordo, ensejam a designação de perícia e data de instrução. As pautas de mediação, na fase de conhecimento, com processos de perícia, não exigem a apresentação de contestação e, se não resulta em acordo, é designada audiência Una. Há priorização de pauta para procedimento sumaríssimo e tramitação preferencial, com datas esgotadas para o ano corrente.

A Juíza Titular conduz duas salas, uma vez por semana, concomitantemente. Em uma delas: 15 audiências (de 5 UNAS e 10 instruções ou até 15 instruções, em substituição das 5 unas) e na outra: 12 audiências de conciliação/mediação/ini conduzida por seu assistente. São realizadas, portanto, três salas de audiências, uma vez por semana. São incluídos os processos de perícia nessas pautas.

A Unidade esclarece que não perde data de pauta, porque, apesar da renovação de prazo para apresentação de endereço novo sem manifestação, a pauta está com prazo de 90 dias, e a data é reaproveitada.

Conciliação no conhecimento. Informaram que, em média, 3 de cada 10 processos com perícia, afastam a prova técnica, por desistência ou por acordo.

Petições urgentes são apreciadas pelos assistentes de juízes. Assim como, os advogados despacham diretamente com os Juízes e a Unidade é comunicada, na sequência.

As notificações pessoais para o reclamante (designação de instrução), se devolvidas, são reiteradas pelo patrono que recebe a incumbência de notificar seu cliente.

A Unidade adota o controle de perícia, na forma sugerida pela Corregedoria, salvo quanto a dar ciência ao perito de sua nomeação: detém a agenda do perito; comunica-o da nomeação e este acessa o seu painel. É facultativo o recolhimento dos honorários prévios, cujo depósito se dá na conta bancária do perito. A Corregedoria esclarece que cabe ao perito acompanhar suas nomeações e demais decorrências, uma vez que tem amplo acesso à designação, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT (https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito).

Quanto à anotação da CTPS, visando a redução da gestão de documentos em Secretaria, sugere-se que, nas sentenças, conste determinação para que o reclamante apresente a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes



após o trânsito em julgado, presumindo-se o cumprimento da obrigação de fazer no silêncio do autor.

No mais, chama-se a atenção da Unidade para a criação ou remoção de uma subcaixa de prazo quinzenal. Ao criá-la ou removê-la, por exemplo, da fase de conhecimento, ocorre a automática criação ou remoção de uma subcaixa de idêntico prazo nas demais fases processuais. Nesse aspecto, a Corregedoria alerta que as subcaixas de prazo quinzenais sejam removidas apenas se as subcaixas de idêntico prazo das demais fases processuais estiverem zeradas também. Eventual remoção de subcaixa com processos, faz com que todos os processos ali contidos sejam movidos para a raiz da caixa. Por fim, alerta-se que a informação de prazo “0” (zero) para expedientes no PJe implica o não encaminhamento do processo para a pasta de vencimento de prazo correta, razão pela qual a Unidade não deve se valer desta prática.

b) Fase de Liquidação

A Unidade aventa a possibilidade de se valerem da ferramenta do SAP1G para cálculos, ao invés de utilizar o JURISCALC, porque aquela ferramenta é mais prática, sobretudo, para cálculos que decorram de acordo ou lançamento de verbas mais simples.

A Unidade indaga sobre a liquidação da sentença, em face de reclamada revel. A orientação é que cálculos simples sejam liquidados pelo calculista da Unidade ou, em se tratando de cálculos complexos, seja nomeada perícia contábil.

O procedimento da Unidade consiste em: as partes apresentam os cálculos, que são comparados entre si para verificar a proximidade com a sentença. Orientação da Magistrada é que, diante de até 20% de diferença entre os cálculos, homologam-se os do reclamante. Se a diferença supera esse índice, há nomeação de perícia. Para os processos baixados do TRT, há designação de audiência de conciliação, onde há determinação de apresentação de cálculos pelas partes. Havendo acordo, há liberação imediata do depósito recursal. Não havendo, há homologação de cálculos, liberação do depósito recursal, e citação da reclamada.

Expõe-se, neste ato, a prática da liquidação adotada em algumas unidades com êxito: designação de audiência de mediação, com determinação para as partes apresentarem os cálculos e, ainda, para a reclamada, com a determinação para depósito do valor que entende devido.

Quanto à anotação da CTPS, visando a redução da gestão de documentos em Secretaria, sugere-se que, nas sentenças, conste determinação para que o reclamante



apresente a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes após o trânsito em julgado, presumindo-se o cumprimento da obrigação de fazer no silêncio do autor.

c) Fase de Execução

A migração deve ser priorizada, uma vez que a Unidade possui apenas 23% de acervo físico.

Orienta-se que seja criada habitualidade na utilização do EXE15, bem como que o orientador da fase promova a capacitação dos servidores para um melhor desempenho na fase de execução, uma vez que o congestionamento dessa fase encontra-se em 0,73%. Observa-se que o GIE não se utiliza dos convênios SIMBA e CCS.

Registrando-se que nos últimos 12 meses foram realizados 549 protocolos de bloqueios de valores no sistema Bacenjud.

d) Diretor de Secretaria

Na reunião com o Sr. Gestor foi relatada a existência de possíveis inconsistências no índice de incidentes processuais, item 5 desta ata, devendo ser reforçada ao orientador da fase que oriente os servidores sobre a necessidade de registrarem os movimentos que dão solução aos incidentes.

A Corregedoria reorienta a Unidade a criar, na caixa “Cumprimento de providências”, a subcaixa “Razões Finais”, concentrando nela os processos nessa circunstância. O procedimento tem o fito de evitar processos fora do fluxo. No mais, deve ser mantido o frequente acompanhamento de processos nessa condição para encaminhamento imediato para conclusão ao magistrado, em observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais.

Orienta-se que a Unidade não atribua prazo “zero” nas notificações, uma vez que a prática impede que, automaticamente, os processos saiam da tarefa “aguardando término dos prazos” para a tarefa “prazos vencidos”. A Unidade deverá realizar a gestão manual desse prazo, cuidando, sobretudo, de fechar o prazo em aberto na aba “expedientes”.

Ressalta-se a importância de se dispensar maior atenção no cadastramento dos valores arrecadados de contribuição previdenciária, custas, emolumentos e imposto de renda, de maneira a demonstrar a real arrecadação da Unidade, uma vez que é bastante discrepante dos valores observados nas demais unidades do Fórum.



Orienta-se que sejam criadas subcaixas (quinzenas) para facilitar a gestão dos processos que aguardam cumprimento de acordo ou pagamentos e laudo pericial.

Na oportunidade foi ressaltada a redução gradativa do índice geral no MGD, de 0,63 em abril, 0,61 em maio/2017 e 0,52 no mês de junho. Por outro lado, foram tecidas considerações para que seja analisada a viabilidade de implementar ações de capacitação, a fim de que se obtenha um índice de produtividade melhor, considerando que o atual é de 0,62.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceram os seguintes diretores da 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil: Luciana G. de Freitas Sanches Cunha, Vice-Presidente, Cláudio Vieira, Secretário Geral Adjunto e Ivan Luiz Castrese, Tesoureiro, acompanhados de Antonio Carlos Galvão de Moura, assessor da presidência. Relataram que a OAB/Campinas está à disposição do Tribunal para a melhoria da prestação jurisdicional.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MMa. Juíza Titular reside na jurisdição, assim como a Juíza Substituta Auxiliar Fixa.

24.2 - O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença.

24.3 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correção foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 66/2017.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



25 – ENCERRAMENTO:

No dia 20 de julho de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.